



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

158
22

Habeas Corpus nº 0203808-2

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

180

Comarca: Recife - PE (1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)

Impetrante: Bel. Giovani Gomes da Silva, OAB/PE 10.903

Paciente: Romeu Bandeira de Vasconcelos Neto

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

EMENTA: Processual Penal e Penal. Habeas Corpus liberatório. Crime de formação de quadrilha e tráfico de entorpecentes. Art. 288, parágrafo único, do Código Penal e art. 35 de Lei nº 11.343/06. Prisão preventiva. Alegação de excesso de prazo. Inocorrência. Feito complexo. Pluralidade de denunciados. Razoabilidade. A falta de manifestação do Ministério Público acerca do pedido de liberdade provisória não tem o condão de gerar nulidade. Ausência de prejuízo. Privação dos bens apreendidos. Via eleita imprópria. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0203808-2, da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em **DENEGAR** a ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife 09 de *junho* de 2010.

R. Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

159
12

Habeas Corpus nº 0203808-2

181

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Comarca: Recife - PE (1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)

Impetrante: Bel. Giovani Gomes da Silva, OAB/PE 10.903

Paciente: Romeu Bandeira de Vasconcelos Neto

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, impetrado perante o Superior Tribunal de Justiça, pelo Bel. Giovani Gomes da Silva, OAB PE 10903, em favor do paciente **ROMEU BANDEIRA DE VASCONCELOS NETO**, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes da Comarca de Recife - PE.

Consta nos autos que o paciente encontra-se preso desde o dia 28 de abril de 2009, sendo denunciado em 08 de julho de 2009, sob a acusação da prática dos crimes previstos nos artigos 35 da Lei nº 11.343/06 e 288 do Código Penal Brasileiro.

Alega o impetrante que o paciente vem sofrendo coação ilegal por excesso de prazo, em razão de encontrar-se preso há cerca de 09 (nove) meses, sem que, até a data de impetração do presente *Habeas Corpus*, tenha sido iniciada a instrução criminal (fls. 02/04).

Aduz que a autoridade impetrada indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva do paciente, sem a necessária manifestação do Representante do Ministério Público.

Sustenta, ainda, que o paciente encontra-se privado dos seus bens que foram apreendidos sem mandado judicial no dia de sua prisão.

Requer o deferimento do presente pedido via liminar, com o consequente relaxamento de prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do paciente em tela.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls. 05/106).

As fls. 110, decisão do DD. Ministro Nilson Naves, negando seguimento ao pedido no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e determinando a remessa dos autos a este E. Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

160
12

182

Despacho do Desembargador Cláudio Jean Nogueira Virgínio, às fls. 123/124, determinando a redistribuição do presente feito, por prevenção, a esta Relatoria.

Informações foram solicitadas a autoridade impetrada, através dos Ofícios nºs 520/2009 – GDROA e 018/2010 – GDROA.

A autoridade impetrada prestou informações, através do Ofício nº 2010.0134.000186, datado de 12 de janeiro de 2010, permitindo-nos observar o andamento do feito até a referida data (fls. 138/139).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa da Procuradora de Justiça Patrícia Carneiro Tavares (convocada), ofereceu parecer, opinando pela denegação da ordem (fls. 149/151).

É o relatório.

Recife, 04 de *junho* de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

16/12/09

Habeas Corpus nº 0203808-2

183

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Comarca: Recife - PE (1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)

Impetrante: Bel. Giovanni Gomes da Silva, OAB/PE 10.903

Paciente: Romeu Bandeira de Vasconcelos Neto

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

VOTO DO RELATOR

Como já consignado no relatório, o impetrante alega que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo, pois se encontra preso há cerca de 09 (nove) meses, sem que a instrução tenha sido encerrada. Aduz que a autoridade impetrada indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva do paciente, sem a necessária manifestação do Representante do Ministério Público e sustenta, ainda, que o paciente encontra-se privado dos seus bens que foram apreendidos sem mandado judicial no dia de sua prisão.

Das informações prestadas pela autoridade impetrada percebe-se que o paciente foi denunciado em 08 de julho de 2009, juntamente com mais 19 (dezenove) acusados, como incurso nas penas dos artigos 288, parágrafo único, do CPB, em concurso material com o art. 35, da Lei nº 11.343/06. Informou o magistrado singular que o processo nº 001.2008.054305-8 foi encaminhado em 08 de setembro de 2009 ao mutirão carcerário do CNJ, retornando em 23 de setembro de 2009. A prisão temporária do paciente e demais denunciados foi decretada pelo Juízo da 4ª Vara do Tribunal do Júri em 14 de abril de 2009, sendo prorrogada em 27 de maio de 2009, após representação da autoridade policial, com parecer favorável do Ministério Público. Em 25 de junho de 2009, deferindo representação do Órgão Ministerial, o juiz plantonista decretou a prisão preventiva do paciente e demais denunciados. Em 31 de agosto de 2009 foi determinada a notificação dos denunciados, ocasião em que foram revogados os decretos preventivos em relação a dois dos acusados. No mutirão carcerário foram indeferidos pedidos de revogação de prisão preventiva, liberdade provisória e relaxamento de prisão formulados em favor de alguns denunciados, bem como foi apreciada, de ofício, a prisão de todos os denunciados. Alguns acusados apresentaram suas defesas preliminares, estando os autos no aguardo da apresentação de defesa prévia pelos demais.

Esclareceu, ainda, a dita autoridade coatora que, segundo narra a denúncia, as provas contidas nos autos revelam indícios de que os acusados estão envolvidos em diversos crimes de homicídios, roubos, tráfico de drogas e armas, sendo reconhecidos como grupo de extermínio na comunidade onde residem.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

162
184

Como se vê, não há, ao menos por enquanto, constrangimento ilegal ao paciente, pois não se verifica mora processual decorrente de inércia imputável ao aparato judicial. O magistrado vem conduzindo o feito de forma regular. Eventual demora se deu pela complexidade da causa, diante da pluralidade de denunciados, em número de 20 (vinte). O feito aguarda a apresentação das defesas preliminares de alguns denunciados, inclusive o paciente.

Portanto, considerando que o trâmite da ação criminal mostra-se regular, e verificada a complexidade da causa, não se constata constrangimento apto a ensejar a concessão da ordem pelo fundamento do excesso de prazo na formação da culpa.

Quanto a apontada falta de intervenção ministerial, antes do magistrado se pronunciar sobre o pedido de liberdade provisória, coadunado com o entendimento da Douta Procuradoria de Justiça, aplicando-se ao caso o disposto no art. 565, do CPP, pois tal falta só interessaria à acusação.

Nesse sentido, já firmou entendimento o Superior Tribunal de Justiça:

STJ: "Não se vislumbra nulidade pela ausência de manifestação do Ministério Público no pedido de revogação da prisão preventiva formulado pelo réu, visto que o Juiz não se submete à sua opinião. Ademais, se nulidade houvesse, interessaria apenas ao Ministério Público, não sendo dado ao acusado argui-la (...)" (HC 41.187/AP - DJ 16/05/2005 p. 376).

Por fim, o pleito de restituição dos bens apreendidos refoge ao âmbito do habeas corpus, nos termos da previsão constitucional que o institucionalizou como meio próprio à preservação do direito de locomoção, quando demonstrada ofensa ou ameaça decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.

Portanto, depois de detida análise dos autos, não vislumbro qualquer constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem requerida, nesta oportunidade.

Diante do exposto, acolho o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial *ad quem*, e voto pela DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.
Recife, 09 de [assinatura] de 2010.

Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator